



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES – DLA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS – LÍNGUA ESPANHOLA

HERMES DE OLIVEIRA SILVA

**AS DIFICULDADES DOS PROFESSORES DE LÍNGUA ESTRANGEIRA NO
PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE PESSOAS SURDAS**

CAMPINA GRANDE – PB
JULHO - 2014

HERMES DE OLIVEIRA SILVA

**AS DIFICULDADES DOS PROFESSORES DE LÍNGUA ESTRANGEIRA NO
PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE PESSOAS SURDAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Letras da Universidade Estadual da
Paraíba em cumprimento à exigência para
obtenção do grau de Licenciatura Plena em Letras
habilitação em Espanhol.

Orientador(a): Christinne Ferreira Silva Oliveira

CAMPINA GRANDE – PB

JULHO – 2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586d Silva, Hermes de Oliveira

As dificuldades dos professores de língua estrangeira no processo de ensino e aprendizagem de pessoas surdas [manuscrito] / Hermes de Oliveira Silva. - 2014. 20 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014. "Orientação: Profa. Esp. Christinne Ferreira Silva Oliveira, Departamento de Letras".

1. Educação Especial 2. Inclusão Escolar 3. Deficiente Auditivo 4. Ensino de Língua Estrangeira I. Título.

21. ed. CDD 371.912

HERMES DE OLIVEIRA SILVA

**AS DIFICULDADES DOS PROFESSORES DE LÍNGUA ESTRANGEIRA NO
PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE PESSOAS SURDAS**

BANCA EXAMINADORA

Aprovada em: 30 de julho de 2014 . NOTA: 9,0

Christine Ferreira Silva Oliveira Nota: 9,0

Christine Ferreira Silva Oliveira (UEPB)

Orientadora

Eduardo Gomes Onoffe Nota: 9,0 (max)

Prof. Dr. Eduardo Gomes Onoffe (UEPB)

Examinador

GUSTAVO ENRIQUE CASTELLÓN AGUDELO Nota: 9,0

Prof. Gustavo Enrique Castellon Agudelo (UEPB)

Examinador

A minha família, amigos e principalmente a minha mãe, pois essa formatura também era um sonho desejado há muito tempo por ela. Também dedico esse trabalho a todos os alunos portadores de deficiência.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ter mim dado saúde, sabedoria e boas amizades.

Agradeço a minha esposa Magna pela paciência e compreensão que teve ao longo dessa jornada acadêmica.

Agradeço a todos os meus ex-professores que contribuíram para minha formação, pois sem eles esse sonho não seria realidade.

Também agradeço principalmente a minha orientadora Christinne Ferreira Silva, que aceitou esse desafio tornado meu caminho mais fácil para finalização desse trabalho.

Aos amigos que conquistei no decorrer dos anos que passei aqui na Universidade Estadual.

Enfim, a todos que contribuíram direto ou indiretamente na minha vida até hoje.

Não há diferenças no funcionamento da mente de um cientista e de uma criança especial (Augusto Cury).

RESUMO

Este estudo objetivou apresentar a concepção de dois professores de língua estrangeira sobre o ensino de inglês e espanhol para alunos surdos no Ensino Fundamental II de duas escolas regulares inclusivas, sendo que uma pública e outra particular, ambas localizadas em Campina Grande – PB. Também teve o objetivo de mostrar como os professores estão reagindo à inclusão, como estão lidando com os alunos portadores de deficiência, especificamente o surdo. Vem comprovar também por meio de entrevista, as dificuldades desses professores de língua estrangeira em ministrar suas aulas para o surdo. Para a coleta dessas informações foi elaborado um questionário aplicado com um professor de inglês e outra de espanhol. Também nesse trabalho, questionaremos as leis que amparam as pessoas com deficiência, que por sinal são várias e mesmo estando há muito tempo em vigor, chegando algumas até ter dez anos de vigência, no entanto para muitos a inclusão ainda é uma novidade. Os professores apontaram várias dificuldades, com relação ao ensino de língua estrangeira para surdo, mas também deram algumas dicas, opiniões do que poderia ser feito para que de fato aconteça a aprendizagem de língua estrangeira pelos surdos, ou seja, para que eles não se sintam excluídos. Esse trabalho nos mostra que devemos ter um olhar mais sensível para esses alunos surdos, é preciso preparar os profissionais da educação para essa realidade que é a inclusão das pessoas com deficiência, em especial dos surdos na escola regular de ensino.

Palavras-chaves: Inclusão. Surdo. Ensino aprendizagem.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
. 1.1 Um pouco de História.....	12
1.2 Oralismo.....	13
1.3 Comunicação total.....	14
1.4 Bilinguismo	14
1.5 Leis que amparam legalmente os direitos das pessoas portadoras de deficiência.....	16
1.6 Escola inclusiva.....	17
2. METODOLOGIA.....	20
2.1 Participantes da entrevista e suas características	20
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	22
4. CONCLUSÃO.....	26
REFERÊNCIAS.....	27
ANEXOS.....	29

INTRODUÇÃO

Atualmente ensinar não está sendo uma tarefa muito fácil para os professores, pois a falta de interesse dos alunos já tornou-se normal, são raros os alunos que reservam um pouco do seu tempo para os estudos, e mais raro ainda aquele que estuda em casa. Se não bastassem essas dificuldades, os professores estão se deparando com os alunos com deficiência, que é mais um grande desafio. Dentre esses novos alunos, o que com certeza se torna um caso mais complicado para o professor, é o aluno surdo, e se tratando de língua estrangeira, o problema se torna ainda mais grave. A partir desse problema pretendo nesse artigo levantar questões sobre a inclusão de alunos com deficiência na escola regular, especificamente o surdo. E também em saber, como os professores de língua estrangeira estão ministrando suas aulas para esses alunos.

Eles estão assegurados pela Lei Federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Art. 24 do decreto nº 3.298/99 e a Lei nº 7.853/89, que diz: “a pessoa com deficiência tem direito educação pública e gratuita preferencialmente na rede regular de ensino e, ainda, a educação adaptada as suas necessidades educacionais especiais”(BRASIL, 1996). A lei está o protegendo, mas já na prática não segue a risca do que está no papel, principalmente em se tratando de adaptações escolares as suas necessidades, visto que falta principalmente mão de obra qualificada.

Podemos nos perguntar, será que o aluno surdo realmente está aprendendo? Será que os professores estão preparados para lidar com o surdo em sala de aula? Enfim, será que a inclusão desse aluno não vai piorar a situação do mesmo, levando-o ao fracasso educacional? E quanto ao professor de língua estrangeira? Será que ele está conseguindo obter êxito em suas aulas, já que poucos se interessam por essa disciplina (língua estrangeira)? Foram indagações como essas que me incentivaram a fazer esse artigo. A inclusão está acontecendo, e temos que nos preparar para essa realidade. Afinal é um direito deles, pois estão assegurados pelas leis da inclusão. E independente das leis, não podemos ignorar esses novos alunos, eles já foram discriminados por muito tempo.

Nesse trabalho, passaremos a conhecer um pouco da história do surdo, as leis que o amparam. Veremos também as dificuldades em sala de aula que os professores de língua estrangeira têm de passar o conteúdo para esses alunos.

No primeiro capítulo falaremos um pouco da história do surdo no mundo e no Brasil. No segundo capítulo teremos conhecimentos sobre as correntes filosóficas da educação dos surdos. Já no terceiro capítulo, teremos um esclarecimento sobre as leis que amparam o deficiente físico, mais precisamente o surdo, nesse mesmo capítulo conheceremos um pouco da escola inclusiva. No quarto capítulo observaremos a metodologia aplicada nesse trabalho e no quinto analisaremos os dados através das respostas dos entrevistados. No sexto e último capítulo, teremos a conclusão, resultante de todo esse trabalho.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Um pouco de História

Desde o início da humanidade, existem os surdos, e para os diferentes povos como os gregos, os romanos e até mesmo pela igreja, os surdos eram considerados seres inferiores, eles não eram considerados como seres humanos competentes. As crianças surdas eram consideradas irracionais, obrigadas a fazerem trabalhos que as pessoas não faziam, viviam isoladas na miséria. Tanto os surdos como as pessoas que possuíam algum tipo de deficiência, não recebiam um igual tratamento como uma pessoa normal, eles eram considerados seres inferiores, improdutíveis, não tinham chance de salvação. (SILVA & NEMBRI, 2008, p. 19).

Com o passar dos tempos, as discriminações, desvalorizações e tantas outras opressões sofridas pelo surdo, foram diminuindo. Pois a partir do século XVIII, com o surgimento da corrente não oralista, separando os dos oralistas.

A corrente não oralista, teve como seu maior representante Charles M. de L'Épée, que foi o primeiro a estudar uma língua de sinais usada pelo surdo, fez do surdo seu objeto de estudo, ele respeitou esse deficiente como ser humano, mostrando que o mesmo era capaz, que era possível conviver com as demais pessoas, com a sociedade. Silva & Nembri (2008).

A metodologia de Charles M. de L'Épée pronunciava que os professores teriam que aprender os sinais utilizados pelos surdos para se comunicarem com eles, e assim entendê-los, já que ensinar o surdo a falar para ele era perda de tempo. Silva e Nembri (2008). Percebe-se então, que ao tentar entender os surdos, já é uma atitude de valorizá-lo, pois tendo conhecimento dos sinais utilizados, se poderia interagir com eles, ensinando um pouco da língua dos ouvintes.

L'Épée realmente foi um defensor dos surdos, havia um interesse e preocupação por parte dele em relação ao surdo. Tanto é que ele fundou a primeira escola onde professores e alunos utilizavam os sinais. Para L'Épée o desenvolvimento normal dos sujeitos se dava pela linguagem e não pela fala.

Não sendo diferente dos outros países, no Brasil os surdos também foram discriminado e desacreditados.

De acordo com Goldfield (1997), em 1855, chega ao Brasil o professor surdo francês Enest Huet, que foi trazido pelo imperador D. Pedro II. O objetivo da sua vinda ao país, foi de realizar um trabalho de educação de duas crianças surdas. Mas sua contribuição acabou sendo

mais do que o esperado, pois em 1857 Ernest Huet criou o Instituto Nacional de Surdos e Mudos, ele utilizava a língua de sinais. Essa língua permaneceu nas escolas até 1957, pois Rimota de Faria Doria proibiu o uso da língua de sinais em todas as escolas, mas os alunos não a deixaram de usá-la, pois se comunicavam entre si as escondidas, nos corredores da escola.

No fim dos anos setenta, chega ao Brasil a Comunicação Total e na década de oitenta vem o Bilinguismo, facilitando e libertando os surdos, já que o bilingüismo aceita e reconhece a língua de sinais como própria do surdo. A Libras é usada até hoje pelos surdos.

As correntes filosóficas da educação dos surdos são Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo.

1.2 Oralismo

Em 1750, na Alemanha, surgem as primeiras noções do que hoje constitui a filosofia educacional oralista, ela não aceita a linguagem de sinais e acredita no ensino da língua oral, não dando espaço para a linguagem gestual.

A partir do século XIX, a possibilidade de ensinar o surdo a falar, estimulada pelas novas tecnologias, levou alguns educadores a rejeitarem as línguas de sinais. A partir de 1860, o método oral começa a ganhar força, o mais importante defensor do oralismo foi Alexandre Graham Bell, inventor do telefone, influenciou o Congresso Internacional de Educadores Surdos em Milão, em 1880, onde se votou este método a ser usado na educação de surdos. Dando uma reviravolta na educação para surdos, a maior parte das escolas deixaram de usar a língua de sinais. Ou seja, se encantaram com essa nova tecnologia e perceberam que era impossível comunicar-se pelo telefone através da língua de sinais.

A oralização passa a ser o objetivo principal na educação das crianças surdas, com o maior tempo no domínio da linguagem oral, o ensino de disciplinas como História, Matemática e Geografia foram colocadas em segundo plano, levando a uma redução do nível de escolarização. Então, toda essa queda no nível de escolarização, prova que tentar fazer com que o surdo aprenda a língua oral não haverá êxito, levando-os ao fracasso pedagógico, como também social. Até o atual momento não tem como o surdo aprender a língua oral.

Para o oralismo não há um pensamento compreensível “o oralismo tem como característica principal a ideia de que o surdo necessita aprender a língua oral do seu país, podendo assim integrar-se á comunidade ouvinte”. Ou seja, é uma característica autoritária, incompreensiva , não dando alternativa para o surdo.

1.3 Comunicação total

Segundo Goldfeld,(1997) em 1817, Clerc fundou a primeira escola contínua para surdo nos Estados Unidos, utilizando três línguas que foram: a Língua de sinais, o francês e o inglês. A junção dessas línguas resultou em uma metodologia que mais tarde seria utilizada na Comunicação Total.

Em 1821, todas as escolas públicas americanas passaram a mover-se a American Sign Language. Em 1850, a ASL passa a ser usada também nas escolas.

A Comunicação Total foi desenvolvida em meados de 1960, devido ao fracasso do oralismo. As dificuldades do surdo de aprendizagem da linguagem oral, método defendido pelo oralismo, levou alguns profissionais da década de sessenta e setenta, criarem uma nova filosofia educacional para os surdos, surgindo assim a Comunicação Total, que faz a junção da língua oral a elementos da linguagem de sinais, criando uma língua oral sinalizada. A partir daí, surgiram várias pesquisas sobre a língua de sinais.

A Comunicação Total é voltada no atendimento e à educação das pessoas surdas, facilitando a interação entre ouvinte e não ouvinte. Ela leva em consideração as características da pessoa com surdez utilizando todo e qualquer recurso possível para a comunicação, a fim de fortalecer as interações sociais. Mesmo assim, ela ainda era um pouco oralista, pois essa fusão de língua oral com língua de sinais acabara incentivando o uso inadequado da língua de sinais. Até porque, o uso dos sinais ocorria na estrutura da língua oral e não na estrutura da língua de sinais.

1.4 Bilinguismo

No final da década de 1970, com base em conceitos sociológicos, filosóficos e políticos surgiu a “ Proposta Bilingue de Educação do Surdo”. Essa proposta reconhece e baseia-se no fato de que o surdo vive numa condição bilingue e bicultural, isto é, convive no dia a dia com duas línguas e duas culturas.

Sabendo que o “bilinguismo é a capacidade de se comunicar, de se expressar em duas línguas” (1997). Então, entende-se que o biliguismo tem uma proposta de ensino que propõe ao surdo a duas línguas, no caso a língua de sinais e a língua do seu país. Para o surdo o bilinguismo é essencial para a sua convivência com ouvinte. Já que o mesmo vive em minoria com relação às pessoas ouvintes, pois eles convivem no dia a dia com duas línguas. O bilinguismo tem como objetivo, tornar o surdo bilíngüe. Sabendo que “95% dos surdos

nasceram em famílias ouvintes sua condição e situação é monolíngüe.” (SLOMSKI, 2010, p. 47).

O bilinguismo reconhece a Libras como língua natural dos surdos. Pois de acordo com a Wikipédia:

Numa abordagem educacional, o bilingüismo baseia-se no reconhecimento do fato de que as crianças surdas são interlocutoras naturais de uma língua adaptada à sua capacidade de expressão. Assim sendo, a comunidade surda propõe que a língua gestual oficial do seu país de origem lhes seja ensinada, desde a infância, como primeira língua. Reconhece ainda o fato de que a língua oral oficial do seu país não deve ser por ela ignorada, pelo que lhe deve ser ensinada, como segunda língua. Os bilingüistas defendem que a língua gestual deve ser adquirida, preferencialmente, pelo convívio com outros Surdos mais velhos, que dominem a língua gestual.

Com isso, a língua nativa do seu país não será descartada, mas tornado-se a segunda língua para o surdo.

O bilinguismo objetiva harmonizar as duas línguas, reconhecendo a Libras como língua própria da comunidade surda. De acordo com (SLOMSKI, 2010, P.51).

As línguas de sinais, assim como qualquer outra língua, possuem capacidade para expressar qualquer ideia, desde que, para isso, se adotem procedimentos específicos. Nesse sentido, não existem línguas mais ricas ou línguas mais pobres, mais concretas ou mais abstratas, mais estruturadas ou menos estruturadas, o que existe são falantes de qualquer língua mais ou menos informados.

Não há dúvida que a educação bilíngüe para o surdo é uma luz no fim do túnel, é aceitar o surdo na sociedade ouvinte. Mas para (SLOMSKI, 2010 p.79) a educação bilíngüe não é um processo simples:

Uma política de educação bilíngüe para Surdos significa uma mudança de cultura, de visão de mundo, de princípios, de pensamento e de ações. Então, não estamos falando de mudança no plano operacional, dos meios, dos métodos e dos procedimentos somente, mas no plano filosófico, dos fins desta educação, por que e para que educar? Que educação de Surdos temos? Que educação de Surdos teremos? A metáfora que cabe aqui é a de que esta mudança é uma “porta” que se abre por dentro de cada um e a “chave” não

está do lado de fora. A chave para esta abertura está no pensamento, nas representações sobre a Surdez e a pessoa Surda, no imaginário de cada um.

Os ouvintes, adquirem sua língua de forma natural, para Slomski não é diferente, ela diz que:

A Língua de Sinais é uma língua que a criança surda adquire de forma natural de espontânea em contato com pessoas que a utilizam e se a Língua Portuguesa exige um ensino formal e sistemático para ser adquirida, então o Bilinguismo busca captar o direito que assiste aos surdos de serem ensinados na língua de sinais que para eles é uma língua natural. (SLOMSKI, 2010, P. 48)

Logo isto significa dizer que para o Bilinguismo, não há diferença entre surdo e ouvinte, que os dois têm os mesmos direitos, mas respeitando a sua cultura. Posição essa, que nem o oralismo, nem a comunicação total defendiam.

1.5 Leis que amparam legalmente os direitos do surdos

As leis brasileiras com relação à inclusão de alunos especiais nas escolas regulares, sofreram influências de vários países, houveram vários movimentos em prol da inclusão algumas deles foram: A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), A Declaração de Cuenca (1981), A XXIII Conferência Sanitária Pan-americana (1990), Declaração de Salamanca (1994), Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência (1999).

A legislação sobre as pessoas com deficiência é presente e de forma diversa, a começar pela Lei Federal de Nº 7.853 – 1989 Art. 2 que diz:

Ao poder público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Na mesma Lei no Art. 8 se constitui até crime punível de reclusão ao negar os direitos ao portador de deficiência.

Constitui crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa: I – recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta;

Com relação ao surdo, que é o nosso objeto de estudo, devido a pouca assistência como também a falta de estrutura e profissionais voltados para o surdo, se dá a entender que os surdos estão desassistidos pelo governo. Muito pelo contrário, a legislação brasileira é também muito presente. Mesmo o surdo estando incluso, protegido pela Lei Federal 7.853 – 1989, ele também tem a seu favor várias leis, entre elas está a de número 10.436/02 que reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS) garantindo aos seus usuários, no caso os surdos, a liberdade de usá-la e obriga os órgãos públicos competentes a difundi-la.

Bem antes em 1996, o Congresso Nacional já tinha garantido a língua de sinais como língua oficial a nível nacional através da Lei nº 9.394/96, a mesma diz que:

Art. 1º - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 26-B: “Art. 26-B – Será garantida às pessoas surdas, em todas as etapas e modalidades da educação básica, nas redes públicas e privadas de ensino, a oferta da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, na condição de língua nativa das pessoas surdas”.

Apesar das exigências estabelecidas pelas leis, os surdos ainda encontram resistência das instituições privadas e também públicas para recebê-los. Essa resistência se dá pelo fato da falta de profissional capacitado para receber o surdo. Ou seja, há várias leis que ampara os surdos, mas infelizmente ainda não conseguiram capacitar os profissionais para atendê-los, com isso, os surdos mesmos estando em uma escola regular, acabam se sentindo excluídos.

1.6 Escola inclusiva

Falar sobre inclusão é sinônimo de desafio, são muitas as dificuldades, seja estrutural a mão de obra especializada.

A inclusão não pode ocorrer somente na escola, pode ocorrer nos shoppings, nos trabalhos, nas igrejas e em qualquer ambiente de convívio social. Mas é principalmente na escola que a inclusão não pode ser negada, já que é na escola onde se forma cidadão para uma sociedade melhor. E com essa maior responsabilidade, não podemos fechar os olhos para essa realidade tão presente. Segundo (MEDINA; et al, 2004, p.14) . “A Educação Inclusiva não é uma moda passageira. Ela é o resultado de muitas discussões, estudos teóricos e prática que tiveram a participação e o apoio de organizações de pessoas com deficiência e educadores do Brasil e do mundo”.

A inclusão de alunos especiais nas escolas regulares é uma realidade, e temos que aceitar esse desafio, pois é um direito deles, assegurado pela Lei Federal nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, Art. 24 do decreto nº 3.298/99 e a Lei 7853/89, onde diz que a pessoa com deficiência tem direito à educação pública e gratuita preferencialmente na rede regular de ensino. Obedecendo a lei, as escolas, como também os professores devem acatá-las. Tendo em vista que é uma tarefa a mais na educação, e também que não deixa de ser uma oportunidade para o professor se aperfeiçoar, buscando novos conhecimentos, para que assim, atenda a todos os alunos com igualdade.

As escolas não estavam preparadas para cumprir com a lei da inclusão, pois as mesmas ainda não estão preparadas para receberem esses alunos, tanto estruturalmente como profissionalmente.

Receber esses alunos na escola regular é uma tarefa complicada para todo o corpo da mesma, já que não se tem uma estrutura física adequada e nem profissionais preparados para atenderem esses alunos. Segundo (GLAT, 2009, p.30):

Para oferecer um ensino de qualidade a todos os educando, inclusive para os que têm alguma deficiência ou problema que afete a aprendizagem, a escola precisa reorganizar sua estrutura de funcionamento, metodologia e recursos pedagógicos, e principalmente, conscientizar e garantir que seus profissionais estejam preparados para essa nova realidade.

É sabido que há formas eficazes de atender esses alunos especiais nas escolas regulares. Há instituições que conseguiram fazer um trabalho eficaz, mas se formos olhar com uma visão mais abrangedora, perceberemos que nos confins do país a inclusão não está tendo o sucesso desejado. Tratando-se de matrícula, há um aumento considerável, mas apenas matricular alunos especiais na escola regular, não quer dizer que está havendo inclusão,

conforme Glat (2009) “A Educação Inclusiva não se resume à matrícula do aluno com deficiência na turma comum ou à sua presença na escola”. Não há dúvidas que a escola é o caminho mais rápido para a inclusão social, pois é dentro dela que se inicia uma sociedade melhor, na opinião de (SAMPAIO, 2011, p.01)

O acesso à escola contribui consideravelmente para o processo de desenvolvimento humano, visto que é por meio dela que os portadores de necessidades educativas especiais bem como as pessoas que participam desse processo se beneficiam, pois desenvolvem atitudes positivas mutuamente, que se tornam ganhos tanto em habilidades acadêmicas como sociais para uma melhor preparação na vida em comunidade.

A inclusão tem que partir primeiramente de nós mesmos, apesar da falta de estrutura em nossas escolas, o passo inicial tem que vir de dentro de cada um. “Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos, que reconheça e valorize as diferenças”. (MANTOAN, 2006, p.16). Então, de que adiantaria uma escola bem estruturada se as mentes dos profissionais que a compõe estão fechadas e preconceituosas com relação aos portadores de necessidades especiais?

2. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

. Foram entrevistados dois professores de língua estrangeira, onde os mesmos tiveram pessoas surdas como aluno, um leciona na escola pública e o outro na escola particular.

Os participantes da pesquisa foram esclarecidos sobre a finalidade do estudo. Os aspectos éticos foram preservados, utilizando o anonimato dos participantes. Para isso , os professores são identificados como professor (A) para espanhol e (B) para inglês, então depois de tudo acordado eles responderam por escrito as questões.

Procurei entrevistar professores de línguas distintas, como inglês e espanhol. Também se procurou saber se os mesmos tinham ou já tiveram alunos surdos . Para assim fazer uma melhor análise sobre o problema.

Através do questionário aplicado, se buscou verificar quais as maiores dificuldades encontradas por esses docentes para ensinar inglês e espanhol ao aluno surdo.

O estudo teve abordagem qualitativa. Isto porque esse método busca entender um fenômeno específico em profundidade. Além de oferecer flexibilidade ao pesquisador, também pode nos conduzir a apreensão do caráter complexo e multidimensional dos fenômenos em sua manifestação natural.

2.1 Participantes da entrevista e suas características

Identificaremos os professores como professor **A**, e **B**. Sendo que a letra “**A**” se refere ao de espanhol e a “**B**” de inglês.

Professor (**A**)

Nome: M.L.F.

Disciplina: Espanhol

Tempo em sala de aula: 4 anos

Professor com pouca experiência no magistério, mas já teve aluno surdo em sala de aula. Ensinou ao mesmo aluno por 2 anos.

Professor (**B**)

Nome: D.S.S.

Disciplina: Inglês

Tempo em sala de aula: 3 anos.

Professor com pouca experiência em sala de aula, mas mesmo com tão pouco tempo como professor, já teve um aluno surdo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apresentaremos algumas falas, trechos das entrevistas realizadas com os professores, onde os mesmos falam um pouco sobre a dificuldade encontrada para ensinar ao surdo. Também colocam suas opiniões com relação à inclusão, especificamente do surdo.

Vejam os seguintes trechos com relação à pergunta sobre o que acham da inclusão de pessoa com deficiência na escola regular?

Professor (A): Desde que a instituição esteja preparada, não vejo problema algum. Eu acho muito interessante.

Professor (B): A escola é aberta para receber pessoas com deficiência física ou com distúrbios mentais. No entanto, estrutura física e pessoas especializadas para atender esse público não há.

Evidencia-se nas palavras dos professores, que eles são a favor da inclusão, mas há uma posição em comum com relação à presença desses alunos especiais na escola regular, que é a preparação do profissional. Todos afirmam que o professor não está preparada para atender esses alunos, que o mesmo tem de fazer uma reciclagem, preparação. Ou seja, tem de haver uma mudança, principalmente nos professores.

Essa percepção de que a escola precisa preparar seus profissionais para atender as necessidades dos alunos especiais, é defendida por Glat (2009) e Mantoan (2006) para elas a inclusão tem que sofrer um processo de renovação, mudança na forma de ensinar, para que assim, atenda a todos com igualdade.

Vejam os seguintes, como os professores responderam a questão: Na(s) escola(s) que você ensina tem estrutura para receber as pessoas (alunos) surdas e promover a inclusão delas?

Professor (A): Não

Professor (B): Não, não há professores que dominem Libras ou algum intérprete na escola.

Como se vê, a opinião dos dois é unânime, com relação à estrutura, ou seja, nenhuma escola nas quais eles ensinam ou ensinaram, tinham um profissional voltado para o surdo.

Ferindo assim a Lei de nº 9394/96 Art. 26 – B que garante as pessoas surdas a Libras em todas as etapas e modalidades da educação básica. Percebe-se nas falas dos professores que não há existência nem do profissional e nem tão pouco a LIBRAS. Também fere a Lei de nº 10.436/02 Art. 4º onde diz que o sistema educacional, seja Federal, Estadual ou Municipal tem de oferecer cursos de LIBRAS para os profissionais da educação, para que os mesmos possam atender o surdo de forma adequada.

Agora veremos as respostas dos professores referente a pergunta: Qual (is) a(s) maior (es) dificuldade (s) que o professor (a) ouvinte enfrenta para lecionar aulas de inglês/espanhol para alunos surdos?

Professor (A): A maior dificuldade é realmente o domínio da linguagem de sinais (LIBRAS), para um maior entrosamento professor – aluno.

Professor (B): São muitas. A primeira e provavelmente a pior, é justamente perceber que há um aluno surdo em sala aula, muitas vezes eu esquecia disso. Perceber o silêncio em meio a tanto barulho é muito difícil. Outra coisa é o meu despreparo para eu comunicar com uma pessoa surda, já que não sei LIBRAS e mesmo sabendo o aluno que tive não sabia.

O professor (A), sente a necessidade de aprender a língua de sinais, para que assim possa dar uma aula mais participativa para o aluno surdo. Já o professor (B), também tem dificuldades com o aluno, por não ter um domínio da língua de sinais. Mas o mesmo acaba o excluindo involuntariamente. Então com isso, é importante a capacitação desses profissionais, evitando assim um fracasso educacional e também uma exclusão ainda maior com esses alunos.

Continuando, veremos a seguir, as respostas dadas pelos professores a seguinte pergunta: De que forma você dá aula para o(s) aluno(s) surdo(s)?

Professor (A): As aulas precisam ser mais expositivas, que teóricas, com o auxílio dos recursos visuais, como data show, slides, etc.

Professor (B): Eu tentava falar devagar e de frente para ele. Tentava gesticular ou escrever as informações no quadro.

Entende-se na resposta do professor (A) que a escola em que o mesmo ensina, não há muitos recursos para contribuir com a aprendizagem desses alunos, ele também acredita que as aulas têm que saírem do quadro, ser diferente, contrariando o modelo tradicionalista de ensino. Pensamento esse que é o mesmo de Medina; Gonzalez e Cruz (2004) “A utilização de recursos visuais adequados facilita a compreensão do que está sendo ensinado. Alguns desses recursos são: objetos, fotos, gravuras em livros, filmes e etc.” Enfim, para a escola se tornar inclusiva, uma escola para todos, as mudanças tem de começar pelo professor, na forma de ministrar sua aula. É preciso buscar novas alternativas, já que a presença do profissional de Libras é rara. Então, para tentar passar algum conhecimento para surdo tem que recorrer a alternativas provisórias, como por meio de gestos tornando assim um caminho mais curto e talvez um pouco eficaz no ensino de língua estrangeira para o surdo. Essa metodologia usar gestos para aprendizagem de uma língua estrangeira, é defendida por Castellón (2013, p. 59) In “A Comunicação Não Verbal no Ensino de Língua Estrangeira” segundo ele “*a comunicação interpessoal em E/LE não só se limita á oralidade, mas também ao uso da linguagem corporal tornando uma interação mais clara e eficaz.*”, logo essa metodologia pode ser uma alternativa também, de ensinar uma língua estrangeira para um aluno surdo.

Já a resposta do professor (B) se percebe que ele tentava dá uma atenção diferenciada para o aluno surdo, procurando uma forma para que o assunto chegasse até o aluno.

Respostas dadas pelos professores a pergunta: O que tem de ser diferente no ensino de inglês/espanhol para atender as especificidades das pessoas com surdez?

Professor (A): Preparar o professor para receber/atender esse aluno ou oferecer ainda um auxílio com um intérprete.

Professor (B): Acho que primeiro deve se pensar em como promover uma aula para esse público, a inclusão da figura do surdo, promovendo mediação por um interprete e utilizando recursos visuais.

As respostas foram bem parecidas, pois os professores sentem a falta de um intérprete na escola, para dar um apoio em suas aulas, facilitando a vida principalmente do aluno surdo. Essa falta de intérprete nas escolas contraria o Decreto Federal nº 5626 de 22 de dezembro de 2005 no Art. 23 que garante intérprete e tradutor de Libras nos espaços educacionais.

Através das respostas dos professores se evidenciou que há uma dificuldade deles em ensinar ao aluno surdo, devido a preparação, pois eles não estão capacitados para receberem esse aluno e nem as escolas dispõem de intérprete para auxiliar os professores em sala de aula.

4. CONCLUSÃO

Verificamos que a conquista do surdo em adquirir uma língua própria, foi cheio de desafios e preconceitos. Houveram vários procedimentos até chegar ao Bilinguismo, corrente filosófica que foi de fundamental importância para a comunicação do surdo, foi a única que beneficiou o surdo de verdade.

Foi visto também, que os professores de língua estrangeira estão se sentindo impotente no processo de aprendizagem ao surdo, pois não há suporte para eles, já que faltam materiais didáticos de línguas estrangeira voltado para o aluno surdo.

Evidenciamos com as pesquisas realizadas com os professores, que há uma dificuldade enorme desses profissionais em lidar com o aluno surdo em sala de aula, eles se sentem impotentes diante de tal situação, verificamos também a necessidade de intérprete de LIBRAS nas escolas e que as mesmas não estão cumprindo com o que determina a lei 9.394/96. Apesar de tantas leis em prol da Educação Inclusiva, percebemos que todas não vão solucionar o problema por completo, pois é preciso também que todos abracem a causa da inclusão, é preciso mudar a filosofia de trabalho para que a escola não se torne um ambiente exclusivista para esses alunos. É necessário entender que a escola é que tem de mudar, para que assim, possa atender o aluno com deficiência de uma forma eficaz.

Com a vinda do aluno com deficiência na escola regular de ensino, notamos que a educação em nossas escolas, ainda está tradicionalista. Pois para melhor atender o aluno surdo, já que não se tem intérprete de libras, o professor tem de buscar meios alternativos para amenizar a situação desse alunado, pois se for esperar que cheguem esses profissionais, a educação inclusiva não irá evoluir da forma desejada.

Ficou evidente nesse trabalho que os surdos ainda enfrentam obstáculos com relação a inclusão nas escolas. Nas falas dos entrevistados ficou clara a falta de material humano. No entanto é preciso capacitar esses profissionais da educação para melhor atender os surdos. Mas como havia falando antes, é preciso que se busque novas alternativas emergenciais, já que a capacitação para lidar com aluno surdo, é a longo prazo e a educação inclusiva não pode esperar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 _Estabelece AS DIRETRIZES e BASE DA EDUCAÇÃO NACIONAL.

_____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 – que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm. Acesso em: 26 de abril 2014.

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 – Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 26 de abril 2014.

_____. Lei nº 7.853 Art. 2 Ao poder público e seus órgãos cabe assegurar as pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm> Acesso em: 27 de abril 2014

_____. Lei nº 7.853 Art. 8 Constitui crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm Acesso em: 27 de abril 2014.

GLAT, Rosana. Educação inclusiva: Cultura e cotidiano escolar: Rio de Janeiro: 7Letras. 2009.

GOLDFELD, Márcia. A criança surda. Linguagem e cognição numa perspectiva sócio-internacional. São Paulo: Plexus Editora, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

MEDINA, Aline Gomes et al. Educação inclusiva; O que o professor tem a ver com isso? São Paulo: TEC ART Editora, 2004.

NEMBRI, Armando Guimarães e SILVA, Angela Camacho da. Ouvindo o silêncio. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008.

NOBREGA, Daniele (org.) Apud CASTELLÓN, Gustavo. Formação docente em línguas estrangeiras: reflexões teóricas e práticas [livro eletrônico]/ Campina Grande: EDUEPB, 2013. 4900kb 147p.

SAMPAIO, Noélia (2012).A inclusão na escola. Disponível em:
Tatianaafpaiva.blogspot.com/2012/.../a-inclusão-social-nas-escolas.adv.rtm Acesso em: 21 de maio 2014.

SLOMSKI, Vilma Geni. Educação bilíngüe para surdos: concepções e implicações práticas. Curitiba: Juruá 2010.

Bilinguismo (SURDOS) Wikipédia a enciclopédia livre. Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Bilinguismo> Acesso em: 29 de junho 2014.

ANEXOS



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS/ESPANHOL

Senhores professores!

Meu nome é...Hermes de Oliveira Siçva, sou aluno da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB do curso de Letras espanhol e estou precisando da ajuda de vocês. A minha pesquisa de trabalho de conclusão de curso é sobre **“Dificuldades de ensinar uma língua estrangeira a alunos surdos”**. Por isso, necessito que vocês respondam esta entrevista para obtenção de informações que serão necessárias para a realização do mesmo.

Obrigado pela ajuda

IDENTIFICAÇÃO

ESCOLA _____

PROFESSOR (A): _____

ENTREVISTA

01. Qual é a sua formação acadêmica?

02. Há quanto tempo você leciona?

03. Em que turmas você ensina?

04. O que você acha da inclusão de pessoas com deficiência nas escolas regulares?

05. Você já fez algum curso de formação continuada / pós-graduação ou curso de extensão sobre inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Regular? Se sim ou não, justifique.

06. Você já ensinou ou ensina alunos surdos?

07. Na(s) escola(s) que você ensina tem estrutura para receber as pessoas surdas e promover a inclusão delas?

08. Qual (is) a(s) maior (es) dificuldade(s) que o professor (a) ouvinte enfrenta para lecionar aulas de inglês/espanhol para alunos surdos?

09. De que forma você dá aula para o(s) aluno (s) surdo(s)?

10. O que tem que ser diferente no ensino de inglês/espanhol para atender as especificidades das pessoas com surdez?

11. Que dicas você dá para que haja um ensino de inglês/espanhol de qualidade para o aluno surdo?

12. O que você acha que deveria ser feito para que os professores não tivessem dificuldades para lidar com aluno(s) surdo(s)?



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS/ESPANHOL

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar da pesquisa intitulada (a) “**As dificuldades de ensinar uma língua estrangeira a alunos surdos**”, desenvolvida (o) por Hermes de Oliveira Silva.

Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é [coordenada/orientada] por Christinne Ferreira Silva Oliveira, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone (083) 9362-6070 ou e-mail christinne_3@hotmail.com.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa e com a formação acadêmica de professores de língua estrangeira que irão vivenciar a inclusão. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é conhecer as práticas pedagógicas e necessidades em relação ao ensino de língua estrangeira para surdos na escola regular inclusiva.

Fui também esclarecido (a) de que o uso das informações por mim oferecidas se fará de forma anônima. E o acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu (a) orientador (a).

Atesto recebimento de uma cópia deste termo de consentimento Livre e Esclarecido.

Campina Grande, _____ de _____ de _____.

Assinatura do (a) participante: _____

Assinatura do (a) pesquisador (a): _____